

ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA E CONSTRUÇÃO SUBJETIVA

Leônia Cavalcante Teixeira¹
Universidade de Fortaleza

O objetivo deste ensaio é refletir sobre o uso das variadas modalidades de narrativas de si nos estudos da subjetividade. O escrito autobiográfico é privilegiado como espaço de construção subjetiva. Teóricos como Lejeune, Gusdorf, Miraux e Howarth são convocados à discussão sobre questões conceituais e metodológicas ligadas às vicissitudes das histórias de vida. Com essa finalidade, discorrer-se-á sobre alguns aspectos da delimitação do campo (auto)biográfico, especialmente no que tange a sua contextualização na modernidade. Em seguida, serão discutidos aspectos da escrita de si no terreno complexo da pesquisa em Psicanálise.

Descritores: Autobiografia. Escrita. Subjetividade.

Durante um processo de pesquisa, a definição da metodologia a ser utilizada representa um dos momentos mais significativos, já que, concomitante à construção do objeto de estudo, o modo como esse vai ser abordado é que institui, de fato, sua relevância. Não é rara a existência de bons temas precariamente desenvolvidos, constatação essa que retrata a necessidade de um olhar diverso sobre a questão.

1 Doutora em Saúde Coletiva – Instituto de Medicina Social da UERJ; Mestre em Educação - UFC; Professora dos Cursos de Mestrado e Graduação da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Endereço para correspondência: Av. Washington Soares, 1321- Sala N-13 - Édson Queiroz, 60811-341. CP 1258 - Fortaleza - CE. Endereço eletrônico: leoniat@unifor.br

No tocante às pesquisas no campo das Ciências Humanas, a investigação a partir de *narrativas de vida*, cada vez mais, vem ocupando um espaço valorizado, porém, as reflexões teórico-metodológicas apresentam, principalmente em relação aos instrumentos de coleta e às possibilidades de interpretação dos dados, problemas metodológicos concernentes à própria concepção do objeto de estudo e suas vicissitudes - o subjetivo.

Nesse sentido, esse escrito visa a problematizar a *história de vida* como fonte de pesquisa. Para tal, o texto (auto)biográfico será o alvo da atenção; sua constituição histórica até a atualidade como um dos discursos representativos do lugar do homem moderno, suas definições na interface de áreas discursivas e seus modos de feitura como fonte de pesquisa.

As pesquisas, primordialmente no campo das Ciências Sociais, que usam a história de vida como método, objetivam propiciar um campo interpretativo dos fenômenos que rompa com a noção de um determinismo da História em relação às histórias, considerando que a valorização dos sujeitos - atores sociais - oferece um campo de investigação no qual a relação entre o individual e o social seja de reciprocidade, e de interconstrução. As *narrativas de vida* singulares se situam, portanto, em um horizonte histórico-social, denunciando-o em suas vicissitudes. É com o objetivo de relacionar a *história de vida* com a história da sociedade que a “fala” dos sujeitos é considerada como espaço de articulação de memória e história. Kramer e Souza (1996, p. 21), ao analisarem a história de vida como método privilegiado na pesquisa em Educação, escrevem que

a acepção *história de vida* implica numa ruptura com a concepção da História como sucessão diacrônica, ou seja, como avanço uniforme, linear e automático do desenvolvimento histórico escolasticamente ditado por uma metodologia historiográfica. Em outros termos, a metodologia de pesquisa que tem como referência a *história de vida* envolve, necessariamente, uma historicidade “não-historicista”

Assim, as histórias de pessoas anônimas passam a merecer realce e a ser consideradas como fontes para o entendimento da História, que não é mais vista somente por grandes acontecimentos e movimentos de certos estratos da população, geralmente os abastados. Lejeune (1980, p. 251), quando

analisa a relação entre *narrativa de vida* e classes populares, ressalta que, a partir do início do século XX, a autobiografia popular começa a ter seu lugar nas narrativas de camponeses, operários, e velhos. Essas narrativas são reconhecidas e analisadas como meio de se conhecer como o social se personifica nos sujeitos, como a dinâmica social pode ser retratada nas vidas singulares cotidianas.

É interessante observar que as relações coletivo-singular e passado-presente-futuro perdem o caráter determinístico, passando a ser analisadas em uma zona de entrecruzamento, possibilitada pelo espaço dialógico constituído pela dupla pesquisador-pesquisado. Nesse sentido, a reconstituição da *história de vida* é vista como transformadora e reconstituente do sujeito, na medida em que ele toma consciência das nuances de seu percurso, podendo ressignificar suas experiências, sair de uma posição de alienação frente à História, situando-se, através de sua história, como agente de sua vida e da coletividade. Portanto, independentemente de como o sujeito se situa perante sua história, ele teria, segundo o texto há pouco transcrito, as possibilidades de inserir-se no social de modo diverso, já que recuperaria, ou melhor, talvez até nele se instaurasse a dignidade de ocupar um lugar de sujeito, de agente perante o mundo e sua própria vida.

Tal raciocínio parte de pressupostos dualistas quanto à relação homem-mundo, indivíduo-cultura, privilegiando uma concepção determinística da constituição do humano. Assim, uma pesquisa engajada já possibilitaria, mesmo no momento empírico da metodologia, a possibilidade de transformação do social, pelo engajamento diferenciado do sujeito.

Essa asserção se baseia numa visão de *história de vida* que tem como fundamento o conhecimento racional, a consciência, como se essa tivesse a possibilidade de abranger, de dar conta de toda a história do sujeito através do recurso da memória. Os estudos sobre *relato de vida* apontam para a possibilidade do sujeito construir uma auto-imagem, uma identidade, através da reconstituição de sua história. É partindo da noção diferenciada de sujeito - o sujeito psicanalítico - que questiono a *história de vida* assim vislumbrada.

Como fonte de dados de pesquisa, os questionamentos acerca das possibilidades de a *narrativa de si* continuar com o estatuto de (auto)biografia adquire importância, quando as condições que mobilizam sua escritura estão situadas em um projeto teórico-metodológico alheio ao próprio autor, que só se constitui como tal, quando convocado a participar de uma amostragem. Nesse sentido, os aspectos relacionados à interpretação do discurso (auto)biográfico, nas condições de uma *escrita sobre si* com fins que não estão situados no âmbito pessoal (ou se estão, extrapolam-no), constituem objeto de interesse: como lidar com uma *escrita de si* que escapa de um texto autobiográfico propriamente dito, já que visa a ser incorporado por um espaço que não é o seu? Como dialogar com esse tipo de texto? A partir de que quadros referenciais?

Enfim, é por considerar a peculiaridade do discurso autobiográfico e, no âmbito de investigação da subjetividade, sua relevância como produto e produtor de modos de subjetivação, que este será enfocado, como solo extremamente fértil para (o) estudo dos mais variados temas.

Questões (auto)biográficas

Apesar de o texto autobiográfico não ter sua origem situada na modernidade, foi com o advento do homem moderno que as condições de possibilidade de uma *narrativa sobre si*, - como forma de expressão subjetiva, de afirmação perante si próprio e perante os outros, - foram efetivadas.

Foucault, no texto “L’écriture de Soi” (1983, pp. 415-430), constrói o percurso do modo de *falar de si* em textos que tiveram origem na cultura greco-romana e que revelam a escrita já concebida como *exercício do eu*, contextualizando as anotações monásticas como *escritas do eu* que vão desembocar, após um longo percurso, na noção de indivíduo, característica dos tempos modernos. As *hypomnemata* e as correspondências já indicam uma “parada” sobre si próprio, mesmo sem a marca da reflexão, a partir do uso da memória e das situações cotidianas. É um *olhar sobre si* que já começa a se delinear, não com o objetivo de uma “descrição de si”, mas com o de “... de

reunir o já dito, de agrupar o que foi ouvido e lido, e tudo isto com o objetivo que nada mais é do que a constituição de si” (Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 272).

Foucault ressalta que as *hypomnemata* não constituem diários íntimos, não tendo caráter confessional, embora representem o modo de uma política de si que, posteriormente, adquirirá a nuance moderna da busca pelo governo perfeito de si. Ele define as *hypomnemata* como

livros de apontamentos, registros públicos, cadernos de anotações pessoais que serviam como memória. (...) Ela constituía uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas - um tesouro acumulado para ser relido e para meditação posterior. Também formava uma matéria-prima sobre a qual tratados mais sistemáticos podiam ser escritos, onde eram apresentados os argumentos e as formas de lutar contra algum defeito (tal como a raiva, a inveja, a maledicência, a bajulação) ou de ultrapassar alguma situação difícil (um luto, um exílio, uma depressão, uma desgraça). (Rabinow & Dreyfus, 1995, pp. 271-272)

Porém, é só com o mundo iluminado possibilitado pela ênfase na razão como critério de conhecimento e julgamento, que a noção de indivíduo se configura, a partir de uma diferente contextualização no social da constituição de uma interioridade e, em consequência, de uma relação diversa com a vida privada.

A Ilustração, acima de tudo, foi marcada pela afirmação do homem e da confiança na razão. O homem se configura situado no centro do mundo e como manipulador da natureza, não estando mais em relação contemplativa com o Cosmos. Pela razão, ele conhece o real, não havendo mais campos dos quais a crítica racional possa ser excluída: os poderes cognitivos são estendidos a toda e qualquer crença e conhecimento. Assim, sintetiza Oliveira (1989, p. 45) a chamada revolução copernicana:

não significa que o único problema filosófico do homem seja o homem, mas antes que aqui se pensa e se age no horizonte de uma concepção antropocêntrica do real: o homem, como subjetividade, é a fonte de sentido para tudo. No pensamento anterior, o homem entendia seu ser a partir de uma inserção na ordem objetiva, que constituía o real. Agora se parte de uma ruptura radical entre o homem e o mundo, espírito e realidade, sujeito e objeto; como que na metafísica, a pergunta central era

pela essência das coisas, dos entes, aqui a pergunta central vai ser pelo homem que pensa, determina, dá sentido a tudo que ele encontra. O homem se transforma em fundamento ...

Nesse sentido, o indivíduo se constitui. O lugar do sujeito no social é redimensionado já que, como ser racional, constitui-se como autônomo, como diferente de sua comunidade de origem, sendo capaz de distanciar-se, descentrar-se de seu *locus*. O homem pode ficar em uma posição de exterioridade em relação à sociedade, colocando-se em uma perspectiva na qual existe o espaço de tecer juízos: olhar, observar, valorar, avaliar, valorizar, enfim, questionar. O homem moderno não está mais atado às condições de seu nascimento: a natalidade não é mais uma fatalidade. Através da descentração, que lhe é possível pela individualidade, o homem se permite uma visão crítica da realidade, das instituições sociais. Sua identidade é construída por ele próprio, já que, podendo se descentrar de seus ambientes, julga-os, não estando mais em uma relação de ser determinado por eles. Assim, o homem se constrói no social, ou melhor, individualiza-se no social, passando a ser marcado pela constituição de algo que lhe é interior, privado e próprio.

É essa *experienciação de si* como diferença que traduz o sujeito moderno. É a gênese de um espaço privado, no qual o sujeito se constitui indivíduo, que possibilita a vivência da interioridade. O sujeito moderno se constrói a partir de uma diferença com o meio e, fundamentalmente, consigo próprio.

As possibilidades de diálogo com o próprio eu abrem espaços de experiência social e privada. Os pensamentos, os devaneios, as fantasias e as ações são, agora, problematizados, tendo como referência um “mergulho” em si mesmo. O espaço do subjetivo abarca o homem moderno, invade-o, não podendo dele escapar. É esse espaço que o marca como singular, que o constitui, apesar de semelhante, como radicalmente diverso dos demais.

A relação do homem com a vida privada se constitui, então, como fundamental, apontando para certa desnaturalização da experiência humana, já que mesmo que se defina como produto do meio, algo denuncia sua diferença, algo que lhe é privado, que lhe diz respeito, que tem sua marca. Talvez

esse algo não seja reconhecível, mas seus efeitos emergem como mal-estar, sendo que é esse estado de insatisfação consigo próprio que o mobiliza rumo a formas opcionais de lidar com o peso desta angústia.

É nesse espaço de posicionamento do sujeito frente a si mesmo que a questão autobiográfica se institui como tentativa de dar conta de sua existência, de sua constituição no que se tornar. É uma escrita que tem como objeto o *si próprio*, a análise, isto é, a auto-análise da história de uma vida, a vida do próprio sujeito narrada por ele próprio.

Assim, a autobiografia situa-se a partir do espaço de singularidade em que o homem passou a se constituir, sendo, portanto, produto da civilização ocidental, passando a marcar um dos modos pelo qual ele pode dar conta de sua história, no contexto mais amplo da História como memória da humanidade. A reconstituição da unidade de uma vida ao longo do seu tempo passa a ser um meio privilegiado de dar testemunho da existência.

Lejeune (1975, p. 14) aborda a noção de espaço autobiográfico, no qual o desenvolvimento da autobiografia moderna tem relevância, juntamente com outros gêneros que lhe são próximos, como o diário, o auto-retrato, as memórias, as entrevistas etc. Martin-Fugier (1991, pp. 193-195), no texto “Os Ritos da Vida Privada”, aborda a lembrança como meio de estruturação da vida a partir da construção de histórias em diários íntimos, álbuns de fotografias (em lugar dos retratos a óleo), e livros de aniversários. Contextualiza as lembranças e seus registros como um dos ritos da vida privada que se constrói a partir do século XVIII. Já Howarth (1974) propõe a analogia entre autobiografia e autoretrato, já que o segundo é marcado pela relação entre artista e modelo, devendo o artista-modelo alternadamente pintar e posar. Conceitua retrato como espaço e tempo, ilusão e realidade, pintor e modelo. Esses elementos, no auto-retrato e na autobiografia, organizam-se em torno do tema da vida de modo diverso, constituindo-se a autobiografia, como um gênero literário próprio.

No seu livro *Le Pacte Autobiographique*, Lejeune (1975) define a autobiografia como texto literário marcado por ser um relato primordialmente em prosa e por tratar da vida individual, constituindo-se na história de uma

personalidade, na qual autor, narrador e personagem mantêm uma relação de identidade, estando ligados através de um pacto. Tal narrativa caracteriza-se pela autenticidade, evidenciada pela assinatura, pelo nome próprio. Distingue-se da biografia, já que nesta, antes de mais nada, o modelo não precisa ser conhecido pelo narrador, sendo um gênero literário que possibilita o fechamento do texto em si próprio. A autobiografia não se encerra na própria narrativa, pois, como *história de vida* daquele que a redige, envolve e contagia o leitor, abrindo-lhe campos para identificação além do texto. Há interminabilidade, por sempre possibilitar uma continuidade, já que o autor-personagem poderia retomar a narrativa, mesmo nos textos que se referem a momentos específicos da vida. A marca desses momentos em toda a história do sujeito sempre pode ser redimensionada e, portanto, retomada como continuidade do relato antes escrito. Essa qualidade de abertura do texto autobiográfico possibilita ao leitor um terreno fértil para identificações e projeções.

Situando a *escrita de si* como espaço privilegiado de construção subjetiva, o texto de Rousseau *As Confissões* ocupa um lugar de pioneirismo, já que *As Confissões*, de Agostinho, têm como signo principal a relação com o Divino, constituindo-se, muito mais, em um modo de se chegar a Ele, pela escritas, através da contemplação de si próprio pela fé e razão. Nesse sentido, Rousseau inaugura a *escrita sobre o eu* e o desenvolvimento da existência como objeto de conhecimento, sendo o eu rousseauiano concebido como tendo realização própria e natural. Outro ponto que caracteriza seu estilo, diz respeito à importância que adquirem, no relato autobiográfico, a inferência cotidiana e a glória, sendo esta uma *narrativa de si* movida pela necessidade de justificar a existência perante seu tempo. Portanto, Rousseau retrata em *As Confissões* o afirmar-se do homem que encontra na narrativa de sua própria vida um caminho de manifestação do indivíduo ainda em construção no século XVIII, sendo esse o primeiro livro que reúne as condições básicas do que, ainda hoje, constitui o gênero autobiográfico.

Apesar das várias conceituações de autobiografia, o texto de Rousseau constitui referência desse estilo literário, cuja denominação de autobiográfico foi forjada na Inglaterra, no século XVIII e importada pela

França no século passado, tendo sido citada por Larousse em 1886, segundo Miranda (1992, p. 25).

No texto “A Escritura do Foro Privado”, Foisil (1991, pp. 367-368) analisa como a vida privada foi inventada através da literatura, denunciando tanto as narrativas como os silêncios sobre conteúdos íntimos. Situando o papel dos diários e dos *livres de raison*, o autor questiona se é plausível considerar a escrita privada como anterior ao século da Ilustração:

O privado constitutivo da vida cotidiana, o íntimo constitutivo da vida privada, no sentido que hoje lhes damos (“a que o público não tem acesso, não é admitido), não constituem tema de escritos antes da segunda metade do século XVII. (...) A partir daí devemos concluir que não existe vida íntima no século XVII. Se esta não foi objeto de memórias, a vida da alma foi objeto de escritura. Exames de consciência, diários religiosos tiveram um lugar importante no século XVII: evolução espiritual, retrato interior. No entanto, não se incluem na escritura do foro privado ...

Miroux (1996, pp. 21-22), no livro *L’Autobiographie: Ecriture de Soi et Sincérité*, cita Lejeune, May e Gusdorf, quando enumera as duas causas que seriam fundamentais para este gênero: *exame de si* e exame da consciência.

Gusdorf (1980) elabora o prefixo *auto* como referente à identidade, ao eu consciente de si próprio, ao sujeito complexo, elaborado em uma existência singular e autônoma; e o prefixo *bio*, no que se refere ao percurso vital, à continuidade desta identidade singular, ao desenvolvimento prático de uma existência, entre o eu e sua inserção no cotidiano e na realidade. A grafia do *auto* e do *bio* marca, portanto, uma separação entre o eu-escritor e o eu-escrito, representado, a partir da retomada da própria existência, como objeto problematizável. É uma reconstrução, uma reconquista de si; representa um renascimento, pelo lugar distinto que o sujeito-escritor ocupa frente a sua vida, de modo crítico e reflexivo.

É interessante a indicação de que, apesar de haver concordância em relação à concepção de autobiografia como *reescrita de uma vida*, autores como Lejeune e Starobinski representam opiniões diversas quando constroem o seu campo. O primeiro lança uma definição mais restrita, já que não inclui textos de ficção que suspeitem da identidade entre autor e personagem, em-

bora reconheça que, cada vez mais, o espaço autobiográfico está incorporando procedimentos próprios ao estilo ficcional. Tanto é que, na obra *Je est un Autre - L'Autobiographie, de la Littérature aux Médias* (Lejeune, 1980, p. 251), o autor lança o conceito, já citado, de um espaço mais amplo do que a autobiografia propriamente dita - o espaço autobiográfico - no qual o pano de fundo diz respeito à enunciação autobiográfica, ou melhor, é a primeira pessoa que se constrói, de modo pleno e legítimo. Assim, o conceito anterior de Lejeune (1975), elaborado em *Le Pacte Autobiographique*, no qual aborda a autobiografia de modo bem restrito é, de certo modo, bastante ampliado, passando a considerar outros gêneros tais como a biografia, a entrevista, o filme biográfico, a história oral, e a narrativa etnográfica.

No livro ora citado, Lejeune, - a partir da problematização da inclusão de gêneros que escapam do critério de ter que evidenciar um pacto autobiográfico para que um texto seja considerado como tal - levanta a frutuosa discussão sobre a autoria em colaboração, questionando se um texto, escrito por duas pessoas ou mais, pode ter o estatuto de autobiográfico. Admitindo as várias nuances que tem essa questão, Lejeune a elabora, magistralmente, apoiando-se na questão paradoxal do gênero autobiográfico: a cisão do sujeito. Para ele, mesmo que o pacto autobiográfico seja firmado, no fundo, são vários os autores, já que a articulação de um trabalho de escrita supõe atitudes diversas e, principalmente, parte da noção de um sujeito que não é unificado.

Starobinski (citado por Miranda, 1992, p. 30) situa um amplo espaço autobiográfico, caracterizado pelo estilo em que o narrador é o próprio objeto da narração, ou seja, a narrativa tem valor auto-referencial, mesmo que esse seja implícito, sem o óbvio da auto-referência. Ele define estilo pela relação que se constrói, no percurso da escrita, entre aquele que é o autor e o seu passado e também pelo projeto de “dar-se a conhecer” pelo outro. Há, em Starobinski, uma ênfase maior no aspecto ficcional que o discurso autobiográfico contém, em diferentes graus, do que na preocupação de fidelidade factual a partir da memória do autor, sendo a autobiografia um texto misto de “discurso-história”. Miranda (1992, p. 31) escreve que

Starobinski fundamenta-se nas categorias de Benveniste, para quem “enunciação histórica” prende-se à narrativa de acontecimentos passados e “discurso” a uma enunciação que supõe um locutor e um auditor, um eu e seu correlato tu, o primeiro intencionado a influenciar o segundo.

O autor continua:

Parece não haver motivo suficiente para uma autobiografia, se não houver uma intervenção, na existência anterior do indivíduo, de uma mudança ou transformação radical que a impulsione ou justifique. Se a mudança não afetou diretamente a vida do narrador, a matéria apta a tornar-se objeto de uma narração limitar-se-ia à série de eventos exteriores, mais condizentes à efetivação do que Benveniste chama de “história”, que prescinde de um narrador em primeira pessoa. Ao contrário, a transformação interna do indivíduo provocada por eventos externos proporciona material para uma narrativa que tem o eu como sujeito e como objeto, sendo que a importância da experiência pessoal, aliada à oportunidade de oferecer o relato dela a outrem, estabelece a legitimidade do eu e autoriza-o a tomar como tema sua existência pretérita.

Portanto, parece que a caracterização da autobiografia pelo estilo não oferece parâmetros mais firmes, já que tanto é a imprecisão do conceito o que se sobressai, como o estabelecimento do começo/meio/fim da narrativa é variável e corresponde ao estilo e não à história. Ressalta-se que o estilo, aqui, diz respeito aos aspectos ligados à organização do texto, à maior ou menor intimidade do autor com a escrita, com a elegância da redação.

O aspecto, já abordado, da autoria do texto é bem significativo, já que relativiza a questão do estilo autobiográfico, que pode ser escrito por duas, quatro ou mais mãos, com ou sem gravador, com ou sem o uso de fontes documentais e traz feições diversas em termos estilísticos. Porém, prioritariamente, ele evidencia interrogações sobre a questão do sujeito: a qual sujeito se refere uma autobiografia? Pode-se supor a unicidade do sujeito, um sujeito que escreve, que é o narrador e o protagonista? Acima de tudo, qual a noção de sujeito que fundamenta o uso do termo?

Lejeune (1980, p. 251), alargando o espaço autobiográfico, assinala que qualquer pessoa que decide escrever sobre sua vida comporta-se como se ela fosse seu próprio “nègre” (termo que indica a idéia de um trabalho, bem

como sua exploração, referindo-se a fazer por um outro - “faiseur” - e a corrigir os erros do outro - “teinturier”), isto é, como se, de fato, existissem vários autores contidos no papel, reconhecidos socialmente, pela figura do autor.

Geralmente, esses vários “eus”, quando abordados por estudiosos dedicados ao gênero autobiográfico, referem-se ao fato de que a recapitulação do passado e as reminiscências levam ao entendimento de uma cisão, uma ruptura na idéia de unicidade do eu, já que o eu reevocado diverge do eu atual, sendo que, por isso, esse percurso pode ser narrado, ou melhor, reconstituído. As identidades, do eu do passado e do eu atual, constituem objeto de reflexão.

É interessante notar que a referência a esses vários “eus” leva-nos a lançar mão da perspectiva psicanalítica, a partir da qual as implicações subjetivas movem as vicissitudes da construção de uma *história de vida*.

Autobiografia e Psicanálise

As lembranças, como matéria-prima de um relato autobiográfico, são construídas, o que qualifica tal tipo de narrativa como uma reescrita da história do sujeito, já que, como Freud indica [em textos como “Lembranças Encobridoras” (1899/1976e), “Leonardo da Vinci e uma Lembrança de sua Infância” (1910/1976f), “Uma Recordação de Infância de Dichtung und Wahrheit” (1917/1976j), “Construções em Análise” (1937/1976b)], o que há são fragmentos de lembranças, carecendo passar por um trabalho de construção, por meio da qual se atribui começo, meio e fim ao relato.

Em “Leonardo da Vinci e uma Lembrança de sua Infância”, Freud (1910/1976f, p. 77) conceitua as lembranças infantis como fantasias transportadas para a infância, afirmando que a construção dos primeiros anos de vida se dá a partir da confusão do que ouvimos dos outros com o que nos lembramos, bem como e as considera como lembranças que se relacionam com outras experiências essenciais, que as encobrem, surgindo em seu lugar. Essa noção de lembrança encobridora ocupa lugar importante na história de um sujeito, aparecendo em vários momentos da obra freudiana. Chemama (1993,

p. 268) a define como “lembrança constituída ficcionalmente pelo sujeito a partir de eventos reais ou fantasmáticos. Como a Psicanálise é uma doutrina de reconstrução ficcional da vida libidinal, estas lembranças não têm pleno valor de lembrança do real”.

Freud, apesar de escrever sobre Leonardo da Vinci (1910/1976f), Daniel Paul Schreber (1911/1976a) e Dostoiévski (1928/1976g) - a partir da aplicação do método clínico-psicanalítico ao estudo de “vultos históricos do passado, biografias” e autobiografias -, nos dois primeiros textos, alerta sobre os riscos de lidar com esse tipo de fonte. Na análise do presidente Schreber, ele acentua o interesse pela autobiografia por essa fornecer dados sobre a história clínica, passando a consistir em um documento para a própria clínica, em fonte de coleta de material “do conteúdo simbólico das fantasias e delírios” (Freud, 1911/1976a, p. 105).

Em 1930, quando foi convidado a comparecer à cerimônia de entrega do quarto Prêmio Goethe, Freud, não podendo receber a condecoração pessoalmente, envia Anna Freud que lê seu texto de desculpas e agradecimentos. Nele, o Fundador da Psicanálise tece comentários sobre a questão da biografia, especialmente, sobre a necessidade de tal gênero literário. Para Freud, há uma relação ambivalente no interesse pelo conhecimento de circunstâncias da vida de alguém, alguém que ocupa um lugar de destaque perante os outros: ao mesmo tempo em que há um interesse em compreender melhor o valor e os efeitos de suas obras, aproximá-lo, há também, nesse interesse, a “confissão” (1930/1976i, p. 245) de rebaixar aquele que ocupa o lugar de herói, tornando-o mais comum a todos. Ele conclui, nesse texto, “...visto ser uma das principais funções do nosso pensamento dominar psiquicamente o material do mundo externo, parece-me que agradecimentos são devidos à Psicanálise se, quando aplicada a um grande homem, ela contribui para a compreensão de sua grande realização” (p. 246). Assim, fica clara a relação que Freud traça entre a Psicanálise e as biografias, embora não se esqueça dos limites para basear interpretações psicanalíticas em histórias de vida, mesmo histórias predominantemente clínicas, como as *Memórias de um doente dos nervos*, de Daniel Paul Schreber.

Portanto, o próprio Freud alerta para o fato de que o encontro entre a Psicanálise e textos (auto)biográficos não é simples, pois o esquema de uma Psicanálise aplicada comporta problemas. A ligação da Psicanálise com a Literatura mostra-se presente em todo percurso freudiano, já que a função de mediação do texto literário acompanhou toda a produção da obra freudiana: o texto literário entre a clínica e a teoria. Nesse sentido, Freud ressalta, em vários momentos, o saber dos poetas, os escritores criativos,

cujo testemunho deve ser levado em alta conta, pois costumam conhecer toda uma vasta gama de coisas entre o céu e a terra com a qual a nossa filosofia ainda não nos deixou sonhar. Estão bem adiante de nós, gente comum, no conhecimento da mente, já que se nutrem em fontes que ainda não tornamos acessíveis à ciência. (Freud, 1907/1976c, p. 18)

Ora a Literatura ocupa o lugar de um reservatório clínico, ora se submete ao saber psicanalítico, sendo revelada por ele, isto é, a Psicanálise ora se nutre na Literatura, ora aplica seus saberes a ela.

Por mais que um relato autobiográfico se estruture pela narrativa ordenada de fatos, de eventos cronologicamente organizados, um outro texto pode ser lido de modo subliminar àquele, um texto que tenha a marca do sujeito que realizou todos esses fatos, um escrito que, distintamente do que encobre, traz à tona a trama de desejos que move o sujeito, sem que ele tenha consciência disso. Aliás, dizer que um texto existe sob o enunciado não retrata a radicalidade que subjaz a um escrito que tem como tema o subjetivo, pois, se assim for pensado, sempre um texto subjacente pode ser hipotetizado, como um fantasma que deixa a sua sombra. Portanto, parece mais sensata a posição de que, por mais que se busquem os palimpsestos do escrito autobiográfico, esses sempre vão se constituir, também, em construções, em tentativas de se aproximar dos motivos estes originariamente estranhos a nós.

O relato autobiográfico coloca-se no plano do interminável, embora sua escrita, em termos documentais, seja espacial e temporalmente finita, retratando um *locus* de identidade no qual o sujeito tenta se definir. É interessante que a configuração da identidade, muitas vezes, não é o resultado do trabalho (auto)biográfico, mas sim sua “causa”, como criativamente aborda

Garber (1996, pp. 13-30), quando discute a biografia como história da inautenticidade ligada a identidades sexuais que passam, de antemão, a qualificar os sujeitos publicamente; esses, tendo, então, que se reiventam constantemente para se manter como celebridades, como representantes das identidades coletivas que se afirmam como modelos para as identidades particulares. Assim, as histórias pessoais são impregnadas de significados culturais legitimamente reconhecidos, denunciando os mitos identitários que sustentam o imaginário social. Então, sempre o sujeito está implicado, sua marca está posta nos seus percursos, nas suas escolhas, até mesmo na opção de narrar sua história, prendendo-se narcisicamente a acontecimentos, como pilastras nas quais o eu pode se sustentar.

Retornando a Freud, com ele pretendo ilustrar a interessante constatação de que nos momentos em que, explicitamente, se propunha a tratar de escritos autobiográficos - como na “Nota Autobiográfica” (1901/1976h) - menos abordava questões de cunho subjetivo. Essas estavam presentes, de modo diluído, em escritos sobre os sonhos, a Literatura, os mitos, as lendas e as superstições (o saber popular), bem como nas cartas a sua noiva, a Fliess, a Jung e a Lou-Andreas Salomé. A obra freudiana, como toda construção humana, é recheada de dados autobiográficos, mesmo no sentido em que *falar de si* ou *não falar de si* diz respeito a si, à constituição subjetiva de cada um.

Do mesmo modo, agora retomando o texto sobre “Bissexualidade e Celebridade” (Garber, 1996, pp. 13-130), o *deixar falar de si* a partir de qualificações que não parecem se impor subjetivamente (nesse sentido, podem também ser consideradas as “ghost-written biographies”), como, por exemplo, a condição bissexual, também pode ser visto como denúncia do desejo de se situar diversamente perante os outros e, principalmente, perante si próprio.

Pensar a autobiografia como tentativa de apropriação do eu através da concepção de uma interioridade como lugar no qual a verdade se situa, podendo ser acessada por meio da introspecção, significa reduzir o sujeito a termos egóicos, isto é, pensar o eu como instância autônoma, soberana, neutra e isenta de conflitos, podendo ter sua totalidade apreendida pelos poderes

da razão e possibilitando, paulatinamente, a adaptação do sujeito ao seu espaço de vida. Pensar assim é excluir as implicações das propostas de concepções de psiquismo, sujeito, subjetivação, indivíduo e cultura, contrárias ao ideário iluminista

É buscando situar o escrito autobiográfico em um terreno que escape da idéia de unidade identificadora do eu - bastante sedutora, aliás - que a Psicanálise pode contribuir para sua consideração a partir do questionamento da *narrativa de vida* como sistema coerente de causalidade, passível, então, de ser organizado e interpretado pela lógica cartesiana.

Partindo da elaboração psicanalítica marcada pela segunda tópica, aliás, a partir dos textos metapsicológicos de 1914, a Psicanálise radicaliza com o solo conceitual iluminista no e do qual suas primeiras indagações sobre o psiquismo se situaram, lançando a concepção de um sujeito marcado pela alteridade, pelo outro. Surge a idéia de um sujeito descentrado em sua subjetividade, cujo acesso a sua verdade não é pensado pela dimensão cognitiva da introspecção interiorizante, pela mediação do pensamento, mas pelo processo de aproximação da verdade do desejo. Através do seu reconhecimento e apropriação, o sujeito é lançado no seu destino, um destino que é só seu, que lhe é próprio e no qual ele está implicado, mesmo que não se dê conta disso. Nesse sentido, o eu não é o sujeito. O “eu” refere-se a uma das possibilidades do psiquismo, não constituindo sua complexidade. O eu é uma construção, uma ficção, constituída a partir do outro, o outro da cultura, daí ser uma construção intersubjetiva, como Freud (1914/1976k) elabora em “Sobre o Narcisismo: Uma Introdução” e Lacan (1932) em “O Estágio do Espelho como Constituinte do Eu”. Com a segunda tópica, Freud situa o eu como alheio à consciência de si, marcado pelo desconhecimento e alienação ao inconsciente, ou seja, com o descentramento do sujeito, os registros do eu e da consciência constituem uma modalidade de existência do psiquismo. Assim, o que move o sujeito não é a razão, mas o que lhe é alheio e radicalmente incontornável: o inconsciente.

Tais considerações permitem pensar em um horizonte crítico ao sujeito cartesiano, no qual a autobiografia não se constitua como narrativa da homo-

geneidade e estabilidade internas, mas consista em uma tentativa de se de-
frontar com a singularidade, a extravagância, as diferenças: confronto com a
fragilidade dos recursos identitários nos quais ilusoriamente pensamos estar
situadas a conquista da felicidade e a cura para o mal-estar que nos deixa
marcas, cada vez mais fortes, intra e intersubjetivamente.

Como tomar a autobiografia partindo de uma concepção de sujeito tal
como é pensado pela Psicanálise, como sujeito dividido e, portanto, impossi-
ibilitado de atribuir um sentido linear a sua história de vida? Há sempre algo
que escapa de uma compreensão absoluta de sua vida. Pensando psicanaliti-
camente, muitos eventos da vida não são passíveis de ser significados, isto é,
há uma distância fundamental e originária entre o sujeito e seu escrito, dis-
tância fundada na radicalidade do inconsciente, já que a verdade do desejo só
pode ser suposta.

Portanto, o pacto autobiográfico referido por Lejeune perde o sentido,
já que o narrador e o protagonista podem ser vislumbrados como outros em
relação a um autor, e não somente como vários “eus”. O autor se constrói
por meio da construção do narrador e do protagonista, achando que ocupa o
lugar daquele que sabe mais, do que delega ao narrador falar do protagonista,
daí a relação autor-narrador-protagonista ser assimétrica. Porém, o autor sabe
menos do que pensa saber sobre a trama em que situa o narrador e o protago-
nista, justamente por ele próprio, pensando saber sobre seu desejo, perder-se
nas seduções de identidade que constrói narcisicamente, não se dando conta
de que a verdade que lhe é possível é a do seu desejo, do qual se encontra
alienado.

Jobim (1996, pp. 29-39) ressalta que lidar com o autor como sujeito é
se contrapor à idéia de indivíduo como unidade, o que pode levar ao enten-
dimento de uma obra sem considerar sua construção, como marcado pelas
possibilidades de subjetivação culturalmente constituídas. Analisando a escri-
ta de um texto, a partir de sucessivas reescrituras e rearranjos do texto inicial
até a sua apresentação como escrito passível de investigação literária, a autora
questiona, assim, a idéia de continuidade de sentido na obra, abordando-a
como construção histórica, sendo os sentidos que lhe vão sendo atribuídos,

pública e socialmente compartilhados. Jobim subordina a autoria e a leitura à cultura, questionando uma estética da expressão subjetiva do autor e sua propriedade autoral. Partindo da concepção de autoria na Idade Média, marcada pelo anonimato, Jobim acentua que foi a modernidade que imprimiu uma idéia de fixidez autoral e textual, já que entende o texto como “expressão singular de um sujeito empírico” (p. 34), sendo o autor mais valorizado, o que leva a crer que suas intenções são importantes para o entendimento da obra, denotando o caráter autobiográfico de todo o texto.

O sujeito, feito autor, pode ir percorrendo o caminho traçado por seu escrito, ora achando que dita as regras do jogo, ora considerando-se diluído em um jogo cujas regras lhe escapam. Tomando a segunda posição, a escrita da história do sujeito é entrecruzada pela interminável história de sua escrita, já que o sujeito reconstrói-se continuamente a partir das questões subjetivas que o afligem. O texto pelo qual o sujeito se apresenta é o primeiro, marcado pelo caráter de identidade e pelo esforço de reconstrução racional de sua história, diferentemente das histórias que se edificam pelo ato da escrita, marcadas por conflitos e denunciadoras do caráter trágico da sua condição de sujeito desejante. Portanto, concebendo o lugar do sujeito que se propõe a escrever sobre si como marcado por questões sobre sua existência, a autobiografia não passaria de uma tentativa de responder aos enigmas humanos. A possibilidade de aproximação das respostas se dá no próprio campo do experimentar-se como construtor de si próprio pelo ato da escrita, experiência que escapa das amarras de um discurso racional e que não permite ser nomeada. É nesse sentido que se entrecruzam a escrita de uma história e a história de uma escrita. Talvez o sentido de uma autobiografia se encontre e se perca nesse segundo momento, já que a experiência de escrever a própria vida termina por se constituir em mais uma escrita de uma história e assim por diante. Há algo aí que é incontornável pela linguagem...

O interesse de Freud, como foi abordado, por narrativas de vida, indica o fértil encontro da construção da história do sujeito em análise com a construção de sua história na Literatura. Ambos os campos, aliás, têm base em reconstruções, em reconstituições de uma história singular, marcada por idas e vindas, por “espaços em branco” não passíveis de preenchimento, escapan-

do de qualquer tentativa de ordenação em uma narrativa lógica. O objetivo da análise é quebrar a ilusão de um eu único, de uma unicidade do indivíduo, é questionar os modelos identificadores pelos quais o sujeito organiza a sua vida, a sua história. Por mais que a escrita de uma história de vida vise a organizar o eu, a tentar fechar a Gestalt de quem se é, ela esbarra na impossibilidade de um fechamento, de uma completude, de uma determinação clara do sentido último das ações, das escolhas, dos pensamentos, dos desejos. Enfim, os percursos do sujeito surpreendem, questionam a ilusão narcísica do dar-conta-de-si.

Pesquisa Psicanalítica e História de Vida

Vale salientar que ao questionar a *história de vida* como método para a pesquisa psicanalítica, abordo-a no sentido em que os dados são coletados durante a investigação. Tal ressalva torna-se importante para que se diferencie do uso de textos (auto)biográficos como fonte de dados. Ambos os casos são entendidos como problemáticos, porém o primeiro parece suscitar questões específicas, já que os sujeitos que narram suas vidas constroem suas histórias a partir da solicitação de um pesquisador.

Velho (1989), ao analisar as relações entre o subjetivo e o social a partir da reflexão sobre como a dramaticidade da vida individual é marcada pela história e pela sociedade, aborda questões metodológicas que sempre se fazem presentes em pesquisas na área das Ciências Humanas. Embora afirme que seu livro *Subjetividade e Sociedade* não tenha como objetivo principal o debate sobre as vicissitudes da pesquisa qualitativa, especificamente sobre a *história de vida*, traz contribuições interessantes acerca do que nomeia “pesquisa-diálogo” (p. 19) e “pesquisador-autor” (p. 20). Ele parte de *histórias de vida*, por pensar ser esse um método privilegiado de acesso às experiências e às dificuldades vividas por uma pessoa e ao modo como essa pessoa interpreta sua experiência frente a um outro sujeito que, investido da função de pesquisador, participa ativamente da construção da narrativa.

É interessante a análise feita por Loizos (1996, pp. 153-154) sobre a participação do pesquisador na organização dos relatos de histórias de vida, na qual exemplifica o esforço de Oscar Lewis para amenizar sua interferência na seleção e na criação de coerência narrativa, da explicitação do modo de produção (uso de gravadores com o objetivo de os relatos de vida se sustentarem na fala dos próprios sujeitos) do livro *Five Families in Mexican Village*, de 1943. No entendimento de Loizos, por mais preocupado que o autor esteja com a busca de ligação direta com a fala dos sujeitos, sua marca está posta em toda a investigação, desde a coleta à organização dos dados, o que qualifica escritos biográficos, por mais que pareçam ‘reais’, como versões, construções e aproximações.

Mesmo que o pesquisador evite interferir, é a partir de sua subjetividade, que o discurso do entrevistado é elevado ao *status* de matéria-prima da pesquisa. Velho (1989) propõe um trabalho de pesquisa que enfrente, como constituinte e não como mero acidente, a participação, ou melhor, a interferência emocional do pesquisador, indicando que sua marca não se coloca somente no momento da entrevista propriamente dita, mas a antecede e é continuada com o trabalho de organização e interpretação dos dados que, diferentemente de serem entendidos como frutos das informações do entrevistado, representam o momento de entrecruzamento do sujeito-pesquisado com o sujeito-pesquisador, em uma situação especial de entrevista.

Bosi (1994), Kramer e Souza (1996), Minayo (1996), Thompson (1992) e Velho (1989), enfatizam o papel fundamental da *história de vida* nas investigações sociais, considerando-a como estratégia de compreensão de realidade, tendo sua aplicação vinculada a construções biográficas e (auto)biográficas de pessoas, grupos e instituições. Como exemplo interessante do quanto relatos de vida podem ser fonte de investigação e construção teórica, o prefácio escrito por Foucault para o livro de B. Jackson, *Leurs Prisons. Autobiographies de Prisonniers Américains* (1971, pp. i-iv), analisa a questão da lei a partir das narrativas de vida, trabalhadas pelo autor, de prisioneiros contidos em várias instituições do Texas. Infelizmente, Foucault não cita o caminho metodológico da referida pesquisa, restringindo-se a elogiar a riqueza advinda de tal procedimento.

Nesses processos, a presença do pesquisador se faz sempre marcante, daí tais autores alertarem para a importância de associar a *história de vida* a outros instrumentos de coleta de dados, como observação participante, entrevistas estruturadas com perspectiva focal e discussões de grupo. Velho (1989) distingue-se dos demais estudiosos citados por acentuar que se deve aprender com esse método, não tentando abstrair-se, como pesquisador, dos dados construídos pela e na situação de diálogo.

Assim, parece que, apesar das dificuldades propícias à metodologia qualitativa de pesquisa, as experiências subjetivas tomadas como dados falam além do convencional, constituindo um poderoso instrumento no estudo das questões indivíduo-sociedade. Nesse sentido, como enfocá-la na investigação do subjetivo? Como inseri-la no domínio da pesquisa psicanalítica?

Os processos de subjetivação, entendidos a partir da perspectiva de um sujeito com pluralidade identificatória e conflitiva, não se tematizam a partir do dualismo individual-coletivo característico das pesquisas sociais. A Psicanálise interroga esses pilares modernos que sustentam a maior parte das análises do individual e do social, pressupondo, somente, a interação dos dois pólos. Falar em sujeito psicanalítico é falar a partir dos impasses entre pulsão e cultura, o sujeito como produção simbólica. Não é o sujeito da ciência, aliás a Psicanálise possibilita entendê-lo em um outro lugar não mais hegemônico, mas ocupando uma posição - racional - dentre tantas outras possíveis. Freud, a partir dos estudos metapsicológicos e, prioritariamente, com a pulsão de morte - não representável - rompe com a vigência absoluta do modelo cartesiano de investigar o psíquico e suas relações com o social. Criticando o essencialismo, lança o sujeito descentrado, não passível de compreensão total: sujeito complexo marcado pela incompletude, pelo desamparo fundamental, nunca sendo amparado em sua totalidade.

A Psicanálise impõe-se como ficção teórica, altamente provisória - já que nutrida pelos impasses da clínica - fugindo, portanto, do critério racional norteador do humano ao privilegiar as dimensões ética e estética. Birman, em *Por uma Estilística da Existência* (1996) e *Estilo e Modernidade em Psicanálise* (1997), analisa a experiência psicanalítica como possibilidade para a

produção de um estilo para a existência do sujeito, e não para a cura. Assim, a Psicanálise se aproxima muito mais dos discursos ético e estético do que do discurso científico.

Como situar, então, a pesquisa psicanalítica?

Falar-se em pesquisa qualitativa já corresponde a abordar um terreno complicado. Tratar da pesquisa em Psicanálise é situar-se em um campo minado, já que é buscar outras possibilidades de investigação diferenciadas do modelo tradicional das Ciências Humanas, cujo grau de cientificidade depende da proximidade delas com a Física moderna que define a atividade científica como a capacidade racional de apreender a organização racional do objeto, isto é, como a possibilidade de acesso à verdade pelo fato de o objeto teórico construído pelo sujeito ter o mesmo estatuto do objeto real, sendo reflexo deste. Com o questionamento desses pressupostos pelos saberes contemporâneos Mecânica Quântica, Etologia, Biologia Molecular, Psicanálise, o campo das Ciências Humanas vem se tornando, cada vez mais, menos determinado por dualismos, embora estes ainda sejam fortes o bastante para estabelecer relações lineares entre os fenômenos sociais e individuais. Bom exemplo desse processo é o uso de metodologias qualitativas, como a *história de vida*, com o objetivo de transformação da posição do sujeito frente ao social, pela diminuição de sua alienação através da reconstituição de sua vida frente a um outro - pesquisador. Penso que, como foi abordado páginas atrás, esse processo é um aspecto que pode ser interessante do ponto de vista de realocização do sujeito frente a ele mesmo e, em consequência, frente ao coletivo; porém, não se traduz, necessariamente, em questionamentos subjetivos, já que pode até servir para possibilitar identidades cada vez mais cristalizadas, não impulsionando o sujeito a se recolocar diferentemente perante o seu desejo.

O que questiono é o modo determinado de tornar métodos absolutos, como se naturalmente pudessem dar conta da complexidade do objeto investigado. Tal pretensão é abordada por Loizos (1996), antropólogo interessado em filmes etnográficos, quando estuda de que modo as (auto)biografias sus-

citam nos espectadores a crença de que são retratações diretas das realidades humanas. Ele acentua que

nem como escritos, nem como filmes, as biografias ou retratos oferecem “acesso direto” à realidade, mesmo que possamos apontar pessoas identificáveis que são as “primeiras causas” (ou no trocadilho pós-modernista, os pré-textos) de seus textos. No sentido da “cópia carbono”, não existem “fatias de vida”, mas histórias de vida, narrativas de autor sobre vidas reais. (p. 153)

O autor transpõe para os filmes considerações de histórias de vida escritas, no sentido de acentuar o caráter aproximativo da narrativa com a história real. Conclui seu artigo, escrevendo: “... a ambigüidade inerente da missão do biógrafo, com sua mensagem clara de que percepções sobre outras pessoas são tanto pessoais quanto perspectivas” (p. 170).

Quando a *história de vida* é utilizada como instrumento e fonte de dados, geralmente, é percebida como meio de organização racional dos eventos, pensamentos, experiências do sujeito, como retrato fidedigno deste, de seu eu. É a construção da identidade buscada pelo ato de narrar a vida.

A Psicanálise pretende colocar em xeque os congelamentos identitários pelos quais tentamos nos definir, pretendendo uma abertura na trama identificatória. Então, como lidar com a *história de vida* como fonte de dados para uma pesquisa?

A pesquisa psicanalítica, desde Freud, opera sobre estudos de casos, o que a distancia do modelo metodológico - mesmo das Ciências Humanas - cuja organização se apóia na possibilidade de certa generalização que aponta para a tentativa de dar conta do fenômeno: mesmo que as interferências e as nuances da pesquisa e do pesquisador sejam consideradas, o que se busca é a maior aproximação possível dos fenômenos pela razão.

Ora, se a Psicanálise parte da possibilidade de conhecimento que não se dá pela consciência, pela razão, privilegiando o afeto, o *insight*, a intuição, o mito, a arte, como pensar em pesquisa psicanalítica? A empiria psicanalítica tem base no singular, não sendo regular, reproduzível, protocolar, labora-

torial. É a realidade intersubjetiva que se impõe, pela implicação entre sujeito e objeto e pela consideração do saber alheio aos ditames do crivo racional.

Nesse sentido, a história de vida teria que ser lida, ou melhor, “escutada” pelo pesquisador. A ênfase seria em uma tentativa de tratá-la “clínicamente”, o que seria, certamente, enorme extrapolação, já que, antes de mais nada, não é o desejo de falar de si tematizado pelo sofrimento que norteia o sujeito da pesquisa. Pelo contrário, este lugar de “mais um dentre outros” de uma amostragem não o singulariza, colocando seu discurso frente a outros com os quais será comparado. É interessante notar que Minayo (1996) ressalta a importância de juntar histórias de vida contemporâneas para se alcançar um grau suficiente de consistência dos dados para que a pesquisa tenha força interna.

Nesse sentido, a história de vida, como concebida e trabalhada pelas Ciências Humanas, não se põe com a mesma significação para a pesquisa psicanalítica, já que parte do pressuposto de que a narrativa (auto)biográfica revela o sujeito e a coletividade personificada nele, redimensionando a relação individual-social.

Com isso, não desqualifico a importância dessa modalidade metodológica, principalmente pela força que oferece às pesquisas qualitativas em Sociologia, Psicologia, História, Antropologia, Comunicação. Como exemplo de um excelente trabalho com história de vida em Psicologia social, cito *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, no qual Bosi (1994), a partir da noção de memória como trabalho e da consideração da função que o seu exercício pode significar para os recordadores, possibilita o estatuto de sujeito ao velho, tido por ela, juntamente com a mulher e a criança, como oprimidos pela sociedade de classes. Outra consideração importante, no campo da pesquisa qualitativa, é a do crescente interesse pela análise do discurso como forma de interpretação dos dados colhidos pelos diversos métodos. O lugar atraente que ocupa não é menos controverso, já que vem sendo problematizada por vários campos de saber: Lingüística, Sociologia, Análise literária e Psicanálise. A análise do discurso visa a situar os discursos em seus contextos de produção, entendendo-os como singulares, mas também entrecruzados

pelo discurso grupal. É à trama discursiva que se dirige a “escuta”, sendo bastante marcada pelas possibilidades interpretativas inauguradas por Freud e, originalmente, retrabalhadas por Lacan, a partir de contribuição da Lingüística.

Quando se aborda a *história de vida*, como método, supõe-se que os dados são colhidos na realização da pesquisa, o que situa o sujeito-pesquisado de modo distinto do que se ele escrevesse sua própria história motivado por questões que não se situam no âmbito de uma tarefa investigativa.

Teixeira, L. C. (2003). Autobiographical Writing and Subjective Construction. *Psicologia USP*, 14(1), 37-64.

Abstract: The objective of this essay is to reflect on the use of various modalities of narratives of one's self in studies of subjectivity. Autobiographical writing is pointed out as circumstance of subjective construction. Theorists such as Lejeune, Gusdoff, Miraux and Howarth are used to discuss conceptual and methodological issues related to the vicissitudes of life stories. Accordingly, the essay goes through some aspects of the circumscription of the (auto)biographical field, especially in relation to the context of Modernity. Finally, aspects of the writing of one's self in the complex field of research in psychoanalysis are discussed.

Index terms: Autobiography. Writing. Subjectivity.

Teixeira, L. C. (2003). L'écriture Autobiographique et la Construction Subjective. *Psicologia USP*, 14(1), 37-64.

Résumé: L'objectif de cet essai est de réfléchir sur l'utilisation de différentes modalités dans la narrative sur soi dans les études de la subjectivité. L'écrit autobiographique est privilégié comme espace de construction subjective. Des théoriciens comme Lejeune, Gusdorf, Miraux, Horwath sont appelés à discuter sur des questions conceptuelles et méthodologiques liées aux

vicissitudes des histoires personnelles. Dans ce but, on commentera quelques aspects de la délimitation du champ (auto) biographique spécialement en ce qui concerne sa conceptualisation dans la modernité. Ensuite, on discutera des aspects de l'écriture sur soi dans le terrain complexe de la recherche en psychanalyse.

Mots-clés: Autobiographie. Écriture. Subjectivité.

Referências

- Agostinho, S. (1997). *As confissões. São Paulo: Paulus.*
- Birman, J. (1996). *Por uma estilística da existência: Sobre a psicanálise, a modernidade e a arte.* São Paulo: Ed. 34.
- Birman, J. (1997). *Estilo e modernidade em psicanálise.* São Paulo: Ed. 34.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: Lembranças de velhos.* São Paulo: Companhia das Letras.
- Chemama, R. (Org.). (1993). *Dictionnaire de la psychanalyse.* Paris: Larousse.
- Foisil, M. (1991). A escritura do foro privado. In P. Ariès & G. Duby (Orgs.), *História da vida privada* (Vol. 3, pp. 331-370). São Paulo: Companhia das Letras.
- Foucault, M. (1971). Préface à l'enquête dans vingt prisons. In Foucault, M., *Dits et écrits* (Vol. 3). Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1983). L'écriture de soi. *Corps Écri*, (5), 415-430.
- Freud, S. (1976a). O caso Schreber. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1911)
- Freud, S. (1976b). Construções em análise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 23). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937)
- Freud, S. (1976c). Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 9). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1907)
- Freud, S. (1976d). A história do movimento psicanalítico. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)

Escrita Autobiográfica e Construção Subjetiva

- Freud, S. (1976e). Lembranças encobridoras. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1899)
- Freud, S. (1976f). Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 11). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1910)
- Freud, S. (1976g). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1928)
- Freud, S. (1976h). Nota autobiográfica. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1901)
- Freud, S. (1976i). O prêmio Goethe. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (1976j). Uma recordação de infância de Dichtung und Wahrheit. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 17). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917)
- Freud, S. (1976k). Sobre o narcisismo: Uma introdução. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Garber, M. (1996). Bisexuality and celebrity. In M. Rhiel & O. Suchoff, *The seductions of biography*. New York: Routledge.
- Gusdorf, G. (1980). Conditions and limits of autobiography. In J. Olney, *Autobiography: Essays theoretical and critical*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Howarth, W. L. (1974). Some principles of autobiography. *New Literary History*, 5(2).
- Kramer, S., & Souza, S. J. (Orgs.). (1996). *História de professores: Leitura, escrita e pesquisa em educação*. São Paulo: Ática.
- Lacan, J. (1988). O Estágio do espelho como constituinte do Eu. In Lacan, J., *Escritos*. São Paulo: Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1932)
- Lejeune, P. (1975). *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil.
- Lejeune, P. (1980). *Je est un autre. L'autobiographie, de la littérature aux medias*. Paris: Seuil.
- Loizos, P. (1996). Construções de vida real: Biografias e retratos. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, (1).

- Martin-Fugier, A. (1991). Os ritos da vida privada. In. P. Ariès & G. Duby (Orgs.), *História da vida privada* (Vol. 4, pp. 193-262). São Paulo: Companhia das Letras.
- Minayo, M. C. S. (1996). *O desafio do conhecimento: Pesquisa analitativa em saúde* (4a ed.). São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco.
- Miranda, W. M. (1992). *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte, MG: UFMG.
- Miraux, J. P. (1996). *L'autobiographie: Écriture de soi et sincérité*. Paris: Nathan.
- Oliveira, M. A. (1989). *A filosofia na crise da modernidade*. São Paulo: Loyola.
- Rabinow, P., & Dreyfus, H. L. (1995). *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense.
- Rhiel, M., & Suchoff, O. (1996). *The seductions of biography*. New York: Routledge.
- Rousseau, J. J. (1994). *As confissões*. São Paulo: Ediouro.
- Thompson, P. (1992). *A voz do passado: História oral*. São Paulo: Paz e Terra.
- Velho, G. (1989). *Subjetividade e sociedade: Uma experiência de geração* (2a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Recebido em 05.07.2001

Aceito em 05.03.2002